

01

02

03

04

05

06

07

80

09

10

11

12 13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32 33

34 35

36

37

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 1.091 DO CONSELHO PLENO Sessão realizada por videoconferência

Aos vinte e cinco dias de maio de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, realizou-se a Sessão Plenária nº 1.091, em ambiente virtual, sob a presidência da Conselheira Teresa Roserley Neubauer da Silva – Rose Neubauer. Contou com a presença das Conselheiras Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Fátima Cristina Abrão, Guiomar Namo de Mello, Karen Martins Andrade Pinheiro, Neide Cruz e Sueli Aparecida de Paula Mondini, e dos Suplentes Carmen Lucia Bueno Valle, João Alberto Fiorini Filho, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No Expediente da Presidência, a Conselheira Rose Neubauer deu boas-vindas a todos e justificou ausência dos Conselheiros Titulares Alexsandro do Nascimento Santos e Simone Aparecida Machado, registrando a Conselheira Carmen Lucia Bueno Valle no exercício da titularidade, e ausência das Suplentes Luci Batista Costa Soares de Miranda, Lucilene Schunck Costa Pisaneschi e Lucimeire Cabral de Santana. Colocou em discussão as Atas da Sessão Ordinária do Pleno nº 1.088 de 04/05/2023, da Sessão Ordinária do Pleno nº 1.089 e da Sessão Conjunta de Câmaras nº 07/2023 de 11/05/2023, da Sessão Ordinária do Pleno nº 1.090 e da Sessão Conjunta de Câmaras nº 08/2023 de 18/05/2023, que foram aprovadas. Na sequência, a Presidente Conselheira Rose Neubauer se justifica junto à Conselheira Cristina Cordeiro por ter acompanhado virtualmente o Seminário "Violência Sexual Infantil – 6º edição", organizado pelo Instituto Liberta e Folha de São Paulo, que contou com a participação do CME nas sessões de 18/05/2023. Destaca a mesa que debateu os efeitos concretos da lacuna na formação inicial, comprovando que o mesmo problema que aflige a Educação acontece em outras profissões, o que a surpreendeu. Na oportunidade, a Conselheira Karen Andrade exalta o seminário, agradecendo à Conselheira Cristina Cordeiro pelo convite e cuidado com as Conselheiras do CME que participaram presencialmente do evento, cujo tema é tão especial e importante, e que contou com representação de muitos segmentos. A Conselheira Cristina Cordeiro agradece a presença do Conselho, que tem peso muito importante na discussão, pois o manifesto lançado no final do seminário é para que a informação chegue às crianças, e não há lugar mais adequado do que a escola. Ter o Conselho Municipal de Educação de São Paulo presente valorizou e muito o evento, com repercussão significativa em muitos outros espaços. A Conselheira Vera Wey também parabeniza o evento, muito bem organizado, além de oportuno. Na organização das mesas, conseguiram integrar as diferentes visões, com depoimentos que se complementavam sobre o problema da violência, do abuso da criança e como isso deve ser tratado pela escola. A Conselheira Vera Wey fala que, como sempre, a Profª. Márcia Bonifácio da SME/COPED-NAAPA fez uma colocação abrangente. Chama a atenção para o fato de que nas diferentes áreas a formação do profissional está sempre na berlinda, mostrando que não é um problema exclusivo da Educação. A Conselheira Cristina Cordeiro agradece mais uma vez, e explica que o intento do seminário era justamente mostrar que se há integração e competência profissional sob a lente da violência. Negligências que passam pela Rede de Proteção, muitas vezes, acontecem por

38

39 40

41

42

43

44

45

46 47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57 58

59

60 61

62

63

64

65

66 67

68 69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

falta de formação inicial e continuada. A Conselheira Neide Cruz destaca que todos os participantes das mesas foram muito bem escolhidos, e que procurou mais informações sobre os trabalhos pedagógicos realizados pela Ateliescola Acaia e Escola Americana de Campinas, porém não encontrou explicitado nos Projetos Pedagógicos das unidades esse trabalho tão importante. A Conselheira Cristina Cordeiro lembra que no seminário havia apenas pessoas simpatizantes da causa, comentando que esteve em Brasília-DF nos dias 16 e 17 de maio na instalação da Frente Parlamentar sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, a convite da Deputada que estava instalando a Frente e participou de uma mesa. Na ocasião, um Deputado estava com uma cartilha na mão defendendo que a Frente Parlamentar era para antecipar a discussão sobre relações sexuais entre as crianças. Há um movimento extremista que considera que falar sobre o corpo é sexualização precoce, enfim, uma batalha difícil. A Conselheira Rose Neubauer lembra que apenas em 1964, em São Paulo, aparece pela primeira vez algum tipo de Educação Sexual no ensino de Ciências para as primeiras séries do Ensino Fundamental, algo que tem quase 60 anos e ainda choca a sociedade quando se discute do assunto. Em seguida, a Presidente Conselheira Rose Neubauer passa à Ordem do Dia: Apresentação da Profa Dra Katia Cristina Stocco Smole sobre o panorama atual do Novo Ensino Médio. A Presidente Conselheira Rose Neubauer recepciona a Prof^a Dr^a Katia Cristina Stocco Smole na sala virtual agradecendo por ter aceitado o convite para conversar com os Conselheiros Municipais de Educação sobre o panorama atual do Novo Ensino Médio e, em especial, trazer informações da reunião do FONCEDE (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação) que discutiu o tema ontem, dia 24/05/2023. Na sequência, a Conselheira Rose Neubauer faz uma breve apresentação do currículo da Profª Katia Smole, traçando sua trajetória na Secretaria de Educação do Estado, no Ministério da Educação (MEC), no Conselho Nacional de Educação (CNE), no Conselho Estadual de Educação (CEE) e em outras entidades educacionais, passando a palavra para o início da apresentação. Com a palavra, a **Prof^a Katia Smole** cumprimenta os Conselheiros presentes e agradece à Presidente Conselheira Rose Neubauer pelo convite. Inicia contextualizando a reunião extraordinária do FONCEDE e o documento apresentado na ocasião, discussão que teve a honra de participar representando o CEE, quando também houve audiência pública dos Conselhos Estaduais de Educação com o Secretário Maurício Holanda Maia da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do MEC. Segundo a **Profª Katia Smole,** o Secretário Maurício Holanda participou a fim de entender qual era o ponto de vista de quem faz as regulações dos Sistemas de Ensino, depois de escutar o Consed. Cada Conselho Estadual de Educação expôs sua posição sobre o movimento com relação ao Novo Ensino Médio. Apenas o Rio Grande do Sul não tinha uma posição definida, todos os demais Conselhos levaram a posição contra a revogação do Novo Ensino Médio. Com esse posicionamento, o Secretário Maurício Holanda apresentou dois pontos interessantes que devemos ter no radar: 1) o MEC não trabalha com a possibilidade de revogação do Novo Ensino Médio, trabalhando apenas com a possibilidade de revisão; 2) todas as audiências abertas são consultivas, mas quem de fato vai atuar para fechar com o MEC as mudanças é o Consed e, eventualmente, os Governadores, por questões de financiamento. A **Profa Katia Smole** destaca ainda que o Secretário Maurício Holanda, falando em nome do Ministro da Educação Camilo Santana, disse que o MEC não quer levar nada para

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94 95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

o Congresso Nacional, por conta de três preocupações: 1) reconhecem os avanços da Lei nº 13.415/2017 em termos de flexibilização e modernização da proposta, mas não querem que haja alterações de dispositivos da LDB que não significaria revogar a Lei, em especial por conta de todas as pautas que estão circulando na Câmara dos Deputados e que poderiam entrar na discussão, tais como propostas curriculares com o criacionismo, volta de Educação Moral e Cívica e homeschooling. Estudam apenas possibilidades de ajustes negociados com todos, evitando qualquer mudança que seja feita nas normativas dos Conselhos. Os Conselhos chamaram a atenção para os investimentos que já foram feitos: de tempo, de legislação e financeiros nessa reforma, com levantamento de tudo o que realizaram nos Estados para apoiar a implementação do Novo Ensino Médio. No Conselho Estadual do Rio Grande do Sul cerca de 50% de seus membros são representantes dos Sindicatos, e quando houve a discussão sobre a continuidade ou não do Novo Ensino Médio, houve empate no posicionamento, por isso foi o único a não levar uma posição favorável à continuidade. Os Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina estão seguros de que houve problema de implementação, são Conselhos que não propõem mudança na Lei, mas defendem bons planos de implementação com apoio e diretrizes do MEC. Outros Conselhos, tais como do Mato Grosso do Sul, da Paraíba, do Maranhão, Bahia e Rio Grande do Norte, manifestaram que são favoráveis aos princípios da Lei, especialmente formação geral básica e flexibilização, mas relatam problemas que não são da reforma, problemas que sempre existiram no Ensino Médio, tais como falta de formação dos Professores, falta de condições físicas da escola, falta de recursos, o que é relevante, mas não passam pela Lei, passam pela falta de um plano forte de implementação. O Secretário Maurício Holanda propôs a mudança de 1.800 horas para 2.100 ou 2.400 horas de formação geral básica e 600 horas para os itinerários formativos, e na oportunidade, a **Profª Katia Smole** fez duas perguntas ao Secretário que ficaram sem respostas: 1) até 2021, antes da reforma começar a ser implementada, tínhamos apenas 2.400 horas de formação geral básica, foram analisados os resultados de aprendizagem dos alunos nesse período? Então, o problema não está na quantidade de horas. 2) Quando saímos de 1.800 horas para 2.100 horas, acabamos com a possibilidade de certificação de quinto itinerário como técnico profissional, pois será possível apenas qualificações. A Conselheira Rose Neubauer concorda, dizendo que usou esse argumento na reunião da CAFEM de hoje. A Prof^a Katia Smole explica que quando fez esses questionamentos, os Conselhos que estavam defendendo aumentar o número de horas da educação básica, disseram que não haviam pensado nisso, o que demonstra que algumas pessoas estão reproduzindo os argumentos sem pensar em todas as nuances que a própria Lei possui. Diz que, de fato, há um aspecto que considera impossível não segurar que é o aumento da carga horária de 1.800 para 2.100 horas. Argumentou que se houvesse escola de tempo integral de 4.200 horas para todos, não seria necessária essa discussão, quando o Secretário Maurício Holanda disse que, até o final de 2026, teremos ao menos 80% dos estudantes em Ensino Médio de tempo integral, segundo o programa que o Governo Federal lançou. A **Profª Katia Smole** contra argumentou que, 20% de estudantes fora do tempo integral sem a possibilidade de qualificação técnica profissional é um número muito alto, e que provavelmente estes serão os menos favorecidos, com índices socioeconômicos mais baixos, e são esses justamente os que necessitam do ensino técnico

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

profissional. Outro ponto de atenção, que a **Profª Katia Smole** considera mais fácil de alterar e que defende, é que se faça uma base de itinerários formativos, deixando claro quais são os principais aprofundamentos necessários, pois as alternativas são tantas, que é possível fazer qualquer coisa, hoje há propostas maravilhosas, mas também há propostas muito ruins. Um roteiro básico das competências garante ainda a autonomia dos itinerários, uma garantia de base com conhecimentos necessários, algo que o MEC não precisa mexer na lei ou diretrizes para elaborar, com a simples constituição de um grupo de trabalho e, editando posteriormente uma portaria. A **Profª Katia Smole** compartilha ainda duas preocupações: 1) que esse roteiro básico não fique conteudista, sem diálogo com os projetos de vida e o desenvolvimento integral dos estudantes; 2) e que não invalide o documento com os referenciais dos eixos estruturantes dos itinerários, pois ali há um aprofundamento desenhado do desenvolvimento das competências que é muito importante para formar o perfil de empreendedorismo, de investigação científica, de mediação sociocultural. A Profa Katia Smole relata ainda que, para alguns representantes de Conselhos Estaduais houve um desconforto sobre o quinto itinerário, o que de certa forma se alterou quando a representante do Conselho do Pará fez um ótimo depoimento defendendo que o que melhor funcionou, inclusive para manter os estudantes na escola, não foi o tempo estendido, foi que nas escolas em que foi implementado o quinto itinerário houve maior adesão, permanência e interesse dos estudantes, apresentando dados do projeto piloto de 2018. A Profª Katia Smole também relata que um grupo de Conselheiros argumentou que o ENEM está sendo adiado porque o INEP não foi capaz ainda de dar uma resposta sobre qual é o objetivo do exame. O INEP está com dificuldade de rodar a versão atual do ENEM, pois por razões diferentes, nos últimos 4 anos, o INEP não fez a sua tarefa, que era desenhar um modelo transitório ou com ajustes iniciais, o que não é de responsabilidade do Novo Ensino Médio. No final da reunião, foi entregue um documento com os principais pontos levantados nas reuniões da Frente Ensino Médio, do Comitê de Educação Básica do FONCEDE, no âmbito da consulta pública sobre a reforma do Ensino Médio, instituída pela Portaria MEC nº 399, de 08/03/2023: Ponto 1) o estudante precisa estar no centro das práticas implementadas, com o Ensino Médio fazendo sentido para o jovem, com a proposta de um comitê permanente para participação dos estudantes sobre a implementação do modelo; 2) é preciso mais tempo para implementar um ciclo completo da reforma do Ensino Médio, pois houve uma pandemia e trocas de governos no meio do caminho; 3) a solução dos problemas está na melhoria da implementação, considerando que não é a lei que nos falta, e sim a aplicação dessa lei; 4) é preciso separar o que são desafios do Ensino Médio desde antes da reforma e o que são questões que efetivamente advêm da reforma, pois o Novo Ensino Médio não veio para ser implementado na realidade que temos, veio para incidir sobre essa realidade e transformá-la; 5) legislações complementares são oportunidades de avançar, pois ainda estamos aprendendo, com a prática, e estabelecendo os referenciais; 6) a discussão sobre os itinerários precisa ser mais aprofundada, e a realidade de que ainda não oportunizamos as escolhas para todos os jovens, mas temos o dever de fazê-lo; 7) é fundamental a troca de experiências e a escuta aos Estados, e que o Sistema Nacional de Educação faz falta, mas houve organização para a formalização; 8) é preciso apoio técnico e financeiro para a implementação adequada, já que não existe

164

165166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

solução possível para o Ensino Médio sem aumento dos investimentos e uma articulação com orientação técnica; 9) é preciso investir na modernização dos parques tecnológicos, lembrando que preparar os jovens sem levar em conta a tecnologia, é preparar os jovens para um mundo que não existe mais; 10) é fundamental o monitoramento da implementação nacional e nos Estados, pois um problema de um Estado não é o problema de todos; 11) formação inicial e continuada são pontos chave, afirmando que é a formação que sensibiliza para a mudança; 12) os esforços devem dar conta de todas as especificidades que se apresentam, considerando a diversidade do Brasil; 13) o ENEM é muito importante e precisa se basear nos currículos, pois não é o ingresso no Ensino Superior que deve definir o Ensino Médio, e sim o contrário; 14) o Ensino Médio precisa mudar e é preciso continuidade na construção da mudança, já que a implementação de uma política educacional é a evolução de um processo no tempo; 15) as atividades nas escolas de Ensino Médio têm continuidade, enquanto se realiza a consulta pública nacional e não se materializam as mudanças que poderão vir a ocorrer. A Conselheira Guiomar Mello defende que o itinerário formativo não significa que a formação básica não ocorre, mas ele segue sendo continuidade e aprofundamento da educação básica, mas não de todo o currículo. Destaca também que colocamos culpa na reforma do Ensino Médio, mas falta de professor e problemas de desorganização das escolas são crônicos no Brasil. Concorda com os argumentos apresentados para a base nacional dos itinerários, mas tem receio de aproveitarem a oportunidade para inserir uma série de outras coisas e perder o foco, usando outra nomenclatura para não confundirem com a BNCC, elaborado como uma orientação não obrigatória. A Conselheira Rose Neubauer acredita que o grande problema que vem ocorrendo é que desvincularam os diferentes itinerários da formação básica, e reforça que os itinerários oportunizam aos alunos o aprofundamento nos conteúdos da base com o qual haja maior identificação. O que também deu certo ruído foi o quinto itinerário, posicionando-se contra o aumento das horas da formação básica, mantendo a jornada voltada para os itinerários. Por fim, reforça que a reforma do Ensino Médio é muito importante e deve continuar acontecendo. Agradece mais uma vez a participação da Profª Katia Smole trazendo as boas notícias da reunião do FONCEDE. A **Profª Drª Katia Smole** se despede agradecendo o carinho dos Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Conselheira Rose Neubauer encerra a Sessão Plenária agradecendo a presença e participação dos Conselheiros. A Ata foi lavrada por Mayra Regina Vidal e o comprovante de participação na videoconferência será utilizado como lista de presença. São Paulo, 25 de maio de 2023.

Sessão realizada por videoconferência por meio da plataforma Microsoft Teams

SESSÃO DO CONSELHO PLENO REUNIÃO DO DIA 25/05/2023 Horário: 16h

PRESENÇA DOS CONSELHEIROS

CONSELHEIROS TITULARES:

- 1. Carmen Lucia Bueno Valle (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
- 2. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
- 3. Fátima Cristina Abrão
- 4. Guiomar Namo de Mello
- 5. Karen Martins Andrade Pinheiro
- 6. Neide Cruz (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
- 7. Sueli Aparecida de Paula Mondini
- 8. Teresa Roserley Neubauer da Silva Rose Neubauer (Presidente CME)

SUPLENTES:

- 1. João Alberto Fiorini Filho
- 2. Silvana Lucena dos Santos Drago
- 3. Vera Lucia Wey





